

Comentários e Notícias

O Recenseamento de 1940

NECESSIDADE DA ESTATÍSTICA

São animadores os rumos que a estatística brasileira está imprimindo aos seus trabalhos e o papel que a Comissão Censitária Nacional vem desempenhando no estudo de um conjunto de medidas simultaneamente privativas, por força de disposições legais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da própria Comissão.

O decreto-lei n. 311, que dispõe sobre a divisão territorial do país, tem sido objeto de acurada atenção e em torno de sua estrutura já foram bordados alguns comentários. Estes podem estender-se também, no momento, sobre o aspecto que oferecerá o Brasil inteiro dentro em breve, quando não mais haja fazendas "encravadas", linhas intermunicipais e interdistritais duvidosas e, conseqüentemente, cada unidade federativa estiver a par do que é, do que vale, do que possui como expressão rigorosa de cada célula administrativa no cômputo geral do País.

É evidente que dessa revisão, conscienciosamente ultimada, se extratará índice ponderável da existência nacional em determinados setores, mediante sua própria característica.

Sabemos, por um quadro recentemente divulgado, que o Brasil possui, vigorante no quinquênio 1939/43, 1.572 municípios, 4.833 distritos, 1.292 termos e 785 comarcas.

A revisão territorial do país vem proporcionar à Comissão Censitária Nacional os elementos de que carece para o bom êxito do Recenseamento de 1940. A delimitação exata dos municípios facilitará sumamente o trabalho das indagações censitárias e dos inquéritos sociais.

Assim, o futuro mapa brasileiro, esforço do Estado Novo, não indicará apenas por meio de convenções geográficas o que nele é comum — cidades, vilas, rios, estradas, morros, vias-férreas, telégrafo e telefone, etc. Alguma coisa mais revelará. Por exemplo: as regiões que possuam maior ou menor densidade de população; as que tenham o dom de atrair, sabendo-se a razão disso, o braço do colono; o coeficiente de agricultores e suas especializações; a produção industrial e os Estados, com suas cidades e vilas, que mais avultado número dêsses estabelecimentos arrole e o influxo decorrente de suas atividades; a percentagem de crianças em idade escolar; a população do Brasil, por municípios, por unidades federativas, por cidades e capitais; uma síntese, finalmente, de todas as forças vitais utilizáveis pelo Estado Novo.

É para a finalidade "conhecermo-nos a nós mesmos" que está trabalhando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com a imediata colaboração da Comissão Censitária Nacional.

Esse trabalho, inteligente e cauteloso, sem alarde, sem dispêndios inúteis, antes verdadeiramente econômico, sistematizado, deve prestar ao Brasil, pelos censos econômico e demográfico, a mais positiva das contribuições estatísticas, constituindo-se estas a pedra de toque das finanças nacionais.

Não pode haver boa administração pública sem boa estatística. O particular mesmo deve possuir, para uso próprio, para sua orientação e dos planos em estudo e em execução, a sua estatística, embora rudimentar.

O conhecimento da "situação geral do Brasil", através de cifras, especializa e objetiva os problemas nacionais merecedores da instituição de certas e determinadas leis, sejam elas de finalidade par ou feição fomentadora, protecionista ou conservadora, sejam para instituição de prêmios ou de impulsos que estimulem iniciativas patrióticas ou condizentes com a própria honra e dignidade do Brasil.

Ha motivos de ordem técnica, econômica e administrativa, evidenciadores da necessidade de se proceder em 1940 ao balanço estatístico do Brasil.

O fato de ser o Recenseamento no nosso país, até agora, uma operação irregular ou inconsistente, embora desde o segundo Império e de acordo com a Constituição de 1890 estivesse previsto

como expressão essencial dos dois sistemas governativos, não deve inquietar o povo brasileiro.

Todas as Nações adiantadas, periodicamente, procedem ao retrospecto de seu corpo organizado, balanceiam possibilidades, relanceiam olhar perscrutador sobre os complexos problemas de sua estruturação econômico-demográfica.

E a Estatística, daí por diante, é-lhes arma ofensiva e defensiva, ora na expansão comercial, ora na industrial, ora na defesa do regime por elas adotado. A Estatística é o termômetro da energia das Nações civilizadas.

O povo brasileiro deve saber que não é possível permanecer o Brasil, por mais dilatado espaço de tempo, ignorante de si mesmo e de seu valor.

Façamos, pois, seu Recenseamento!

Uma distinção da "American University" ao presidente do D. A. S. P.

A Congregação da "American University", de Washington, D. C., Estados Unidos, acaba de conferir ao Dr. Luiz Simões Lopes o título de doutor *honoris causa*, em "testemunho de apreço pelo esplêndido trabalho" que vem realizando na administração pública brasileira.

Foi o diretor da Escola de Administração da mesma Universidade, Sr. John C. Patterson, quem comunicou ao Presidente do DASP a distinção que lhe foi outorgada, solicitando, ao mesmo tempo, a presença do dr. Simões Lopes em Washington, em fins de outubro deste ano ou em junho do ano próximo, afim de lhe ser entregue o diploma correspondente.

Respondendo a essa comunicação, assim se expressou o Presidente do DASP:

"Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1939. — Ilustríssimo Senhor John C. Patterson, Diretor da "School of Public Affairs" da American University: — Acusando o recebimento de sua carta de 25 de setembro, desejo, em primeiro lugar, exprimir o meu profundo agradecimento pela homenagem que a American University me oferece. Fiquei realmente desvanecido e considero mesmo excessiva bondade a concessão do título de doutor

"honoris-causa", pelo trabalho que vimos realizando. De fato, tudo que temos feito em Administração Pública, nestes últimos anos, representa apenas a execução do programa traçado pelo Presidente Getúlio Vargas, a quem realmente cabe a glória de ter iniciado o Serviço Civil no Brasil. Foi Sua Excelência que, abandonando a mais poderosa arma política — a faculdade de livre nomeação — inaugurou o regime administrativo atual, de caráter realmente democrático, em que o ingresso no serviço público se faz pela competição de valores. E' à sua iniciativa e alta compreensão dos problemas administrativos que devemos toda a série de reformas que se vêm processando na organização dos serviços do Estado. Seria para mim satisfação enorme atender ao convite que Vossa Senhoria me dirige. Si deixo de fazê-lo nesta oportunidade, é que me prendem ao Rio, pelo menos até o fim do ano, questões de grande relevância, principalmente a elaboração do orçamento para o próximo exercício financeiro, que terá início a 1.º de janeiro de 1940. Entretanto, oportunamente, terei o máximo prazer em voltar a Washington, para receber tão honroso diploma. Com os cordiais cumprimentos de (as.) Luiz Simões Lopes".